



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS

**Edital de Leilão Judicial Unificado**

**37ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP**

**Processo nº 0130400-39.2005.5.02.0037**

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 17/08/2023, às 12:36 horas, através do portal do leiloeiro Gilberto Fortes do Amaral Filho - [www.grupolance.com.br](http://www.grupolance.com.br), serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: ELISEU DOS SANTOS MACIEL, CPF: 175.807.188-55, exequente, e FAUZI GABRIEL CHUCRE, CPF: 115.319.246-20; REINALDO CONRAD, CPF: 036.055.748-15; JP CONSTRUCCION S.A., CNPJ: 05.648.769/0001-34; RALPH CONRAD, CPF: 209.165.668-20; ALVARO ALEXANDRINI RAGAINI, CPF: 289.911.588-03; ACCENTUM MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 66.185.802/0001-21; ELETRIC ENGENHARIA LTDA - ME, CNPJ: 65.457.442/0001-07; S.I. - SOLUCOES INOVADORAS - ENGENHARIA, CONSTRUCCOES E MONTAGENS LTDA - ME, CNPJ: 04.384.183/0001-47; DARIO JOSE DOS SANTOS CASAS, CPF: 084.830.941-34; JP SERVICOS E CONSULTORIA EIRELI, CNPJ: 00.484.851/0001-57; ADEMIR CARNEVALLI GUIMARAES, CPF: 157.091.678-00; ALVARO RAGAINI, CPF: 039.281.608-34, executados, conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

1) IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 71.578 DO 4º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP, CONTRIBUINTE: 014.039.0572-1. DESCRIÇÃO: Apartamento nº 123, localizado no 12º andar, ou 12 pavimento, Edifício Miami In, sito Alameda Lorena, nº 838, no 28º subdistrito, Jardim Paulista, possuindo a área privativa de 33,0733m², área privativa descoberta de 1,80 m², quadrados área comum de 13,2327 m², e área total de 48,106 m², correspondendo a fração Ideal de 1,1435% do terreno e partes e coisas de uso comum. OBSERVAÇÕES: 1. HÁ DÉBITOS DE IPTU. 2. Conforme despacho exarado pela Exma. Juíza da 37ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP: "...Nos termos do art. 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho<sup>1</sup>, o arrematante fica isento sobre dívidas que recaiam sobre o bem (IPVA, IPTU, multas, etc), salvo débitos condominiais, que continuam a cargo do arrematante. Nos termos do art. 891 do CPC, o valor mínimo da arrematação é de 80% sobre o valor da avaliação. Caso negativo o primeiro leilão, para nova tentativa de alienação, em repasse, o valor mínimo será de 70% sobre o valor da avaliação...". AVALIAÇÃO: 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

2) IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 71.586 DO 4º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP. CONTRIBUINTE: 014.039.0598-3. DESCRIÇÃO: Vaga de garagem, Nº 20, localizada no segundo subsolo, do Edifício Miami In, sito à Alameda Lorena, nº 838, no 28º subdistrito, Jardim Paulista, vaga esta sujeita a manobrista, em lugar determinado, possuindo a área privativa de 24,92 m², área comum de 9,5053 m², e área total de 34,4253 m², a fração Ideal de 0,8214% do terreno e partes e coisas de uso comum. OBSERVAÇÕES: 1. HÁ DÉBITOS DE IPTU. 2. Conforme despacho exarado pela Exma.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS**

Juíza da 37ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP: "...Nos termos do art. 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho<sup>1</sup>, o arrematante fica isento sobre dívidas que recaiam sobre o bem (IPVA, IPTU, multas, etc), salvo débitos condominiais, que continuam a cargo do arrematante. Nos termos do art. 891 do CPC, o valor mínimo da arrematação é de 80% sobre o valor da avaliação. Caso negativo o primeiro leilão, para nova tentativa de alienação, em repasse, o valor mínimo será de 70% sobre o valor da avaliação...". AVALIAÇÃO: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Valor Total da Avaliação: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

Local dos bens: Alameda Lorena, nº 838, Apto. 123 e Vaga de Garagem nº 20, Jardim Paulista, São Paulo/SP.

Total da avaliação: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

Lance mínimo do leilão: 80%.

Leiloeiro Oficial: Gilberto Fortes do Amaral Filho

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: [contato@grupolance.com.br](mailto:contato@grupolance.com.br), com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja credor no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

- O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;
- Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.
- Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).
- O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS**

aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para “À VISTA”, nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão

Visitação dos bens: as 9:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.